



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Memorando AGEL nº 4/2025

Assunto: Aquisição de Publicação Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar - Eleições 2026

Senhor Diretor-Geral.

A aquisição de insumos e equipamentos e a contratação de prestação de serviços para realização das eleições estão regulamentadas na [Resolução-TSE n. 23.530, de 26 de setembro de 2017](#). Referida norma atribui à Assessoria de Gestão Eleitoral (AGEL) o papel de acompanhar e definir o cronograma de planejamento dos itens constantes de seu **ANEXO** (atualizado pela [Portaria-TSE n. 197/2023](#)), sem prejuízo da tramitação do processo nas demais unidades administrativas do Tribunal.

Como medida de racionalização de atos administrativos, a AGEL tomou a iniciativa de centralizar a abertura dos processos para efetivação das contratações eleitorais e posterior prosseguimento pelas unidades administrativas adequadas, em parceria com a Secretaria de Administração (SAD) e em conjunto com as áreas técnicas demandantes.

Assim, dando continuidade ao fluxo de trabalho estabelecido no planejamento das contratações eleitorais 2026, indicado nos autos do SEI 2025.00.000000940-9, foram delineados, em reuniões setoriais com as unidades demandantes, mapeadas no mesmo procedimento, os termos necessários para a efetivação das demandas.

Isto posto, para o **Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar**, foram definidos, em reunião realizada com a participação da SGIC e AGEL, em 8 de abril de 2025, às 16h, na sala A 852, os seguintes parâmetros para a continuidade do feito:

1- Necessidade da contratação, considerando o problema a ser resolvido na perspectiva do interesse público

Prestação de serviço de confecção, embalagem e distribuição às unidades do TSE e aos tribunais regionais eleitorais da publicação *Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar*.

2- Riscos caso a demanda não seja atendida tempestivamente

Falta de ferramenta destinada principalmente às magistradas, magistrados, servidoras e servidores da Justiça Eleitoral, que consiste em edição impressa, atualizada e distribuída do Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar, a tempo de servir como material de apoio ao desenvolvimento das atividades relativas às eleições de 2026.

3- Plano de Contratações Anual (PCA)

Trata-se de demanda a ser contratada em 2026, razão pela qual não consta no PCA 2025. Considerando que o processo completo de formalização da demanda até a efetiva contratação ultrapassará o ano de 2025, a presente aquisição deverá ser incluída no próximo PCA.

4- Motivação e demonstrativo do resultado a ser alcançado

O *Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar* reúne toda a legislação eleitoral vigente, inclusive as normas regulamentares editadas pelo TSE, atualizadas e acompanhadas de notas explicativas que orientam a leitora ou leitor a respeito da sua aplicação e interpretação.

Esta obra é a principal fonte impressa para consulta às normas constitucionais, às leis ordinárias e complementares, às Resoluções e Súmulas do TSE, aos Provimentos da CGE e à jurisprudência atualizada. Serve, desse modo, como importante ferramenta de trabalho e desenvolvimento das atividades judicantes e de apoio em todas as instâncias da Justiça Eleitoral e, por essa razão, deve ser distribuída a tempo de atender plenamente como material de apoio ao desenvolvimento das atividades relativas às eleições do ano em curso.

A publicação será distribuída em âmbito nacional, contemplando unidades da Justiça Eleitoral e a comercialização na Livraria do TSE.

5- Prioridade da demanda

Por se tratar de demanda relacionada diretamente à gestão das eleições, sugere-se a classificação "**alta**".

6- Data em que deve ser concluída a contratação

Janeiro de 2026.

7- Equipe de Planejamento da Contratação


A Instrução Normativa-TSE n. 11, de 28 de setembro de 2021, estabelece, no inciso I do art. 8º, que a equipe de planejamento será composta por representantes da unidade demandante, para detalhar as necessidades a serem atendidas com a contratação, e da unidade técnica, para detalhar os aspectos técnicos e de uso das soluções a serem identificadas. Tendo por norte a necessidade identificada, a solução estimada, as informações colhidas no Relatório Reunião 17.03 (3196685) e anexo 3198200, a experiência adquirida pela equipe em aquisições pregressas e ainda a racionalização do trâmite do processo, a AGEL **sugere o envio à SGIC** para indicação de nomes que comporão a Equipe de Planejamento da Contratação.

Isto posto, submeto à sua consideração, com sugestão de envio:

- a) à SAD para conhecimento e continuidade;
- b) à SGIC para indicação dos nomes que comporão a Equipe de Planejamento da Contratação.

Respeitosamente,

SANDRA MARIA PETRI DAMIANI
ASSESSOR(A)-CHEFE

 Documento assinado eletronicamente em **18/04/2025, às 21:17**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).





A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=3199443&crc=171F4539, informando, caso não preenchido, o código verificador **3199443** e o código CRC **171F4539**.